

# Revista Justiça e Sistema Criminal

Modernas Tendências do Sistema Criminal

FAE Centro Universitário

<i>Rev. Justiça e Sistema Criminal</i>	Curitiba	v. 3	n. 5	p. 1-288	2011
--	----------	------	------	----------	------

## O ALEMÃO É MUITO MAIS COMPLEXO\*

## THE “ALEMÃO” IS MUCH MORE COMPLEX

Vera Malaguti Batista\*\*

### RESUMO

O presente artigo trata dos aspectos decorrentes da política de pacificação nas favelas do Rio de Janeiro. Estuda as contradições do sistema das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no ambiente do Morro do Alemão, enfocando o papel midiático e o caráter econômico dessa gerência nas comunidades locais.

**Palavras-chave:** Segurança pública. UPP. Complexo do alemão. Estado de polícia.

### ABSTRACT

The present article faces the arising aspects of the pacification policy on Rio de Janeiro's slums. It studies the Unidades de Polícia Pacificadora's (UPP) system contradictions on Morro do Alemão's environment, focusing the media's role and this management economic character inside local communities.

**Keywords:** Public Security. UPP. Complexo Alemão. Police's State.

---

\* Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07/2011.

\*\* Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981). Licenciada em Sociologia com Ênfase em Metodologia pela Universidad Nacional Autónoma de Heredia (Costa Rica, 1980). Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997). Doutora (2003) e Pós-Doutora (2009) em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo Epos - Genealogia, Subjetivações e Violências (IMS/ UERJ). Professora-Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ. Professora Convidada do Curso de Pós-Graduação em Criminologia e Direito Penal do Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Professora Convidada do Curso de Pós-Graduação em Criminologia do IBCCRIM/SP. Ex-membro do Instituto Latino Americano das Nações Unidas Para a Prevenção do Delito (ILANUD. Ex-Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Ex-Professora de Criminologia do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Candido Mendes-Centro. Secretária-Geral do Instituto Carioca de Criminologia e Diretora da Revista Discursos Sediciosos - Crime, Direito e Sociedade.

As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) viraram um macabro consenso por meio de um intenso bombardeio midiático. Aliás, como peça publicitária, é muito bem feita. Como sempre, nasci gauche na vida, vou me dedicar a desconstruir as UPPs a partir de uma reflexão mais lenta, diferente de tantas que as apoiaram tão rápido. Começo, então, a pensar sobre o conceito de território, usado à esquerda e à direita para a justificação das velozes adesões. Afinal, é em nome da “reconquista do território” que se formou o uníssono.

No Rio de Janeiro existe, hoje, uma secretaria com o curioso nome de Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Territórios. Para Milton Santos, o território seria “um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações; temos que estar sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo de valores atribuídos a cada lugar e às atividades presentes”<sup>1</sup>.

Falar de lugar é trabalhar a noção do inesquecível Milton Santos de *localização*, ‘momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. Não confundir localização e lugar. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar’.<sup>2</sup> Estamos então querendo falar a partir de um local e de uma localização: a cidade do Rio de Janeiro. Apreender esse feixe de forças sociais, essa constante alteração nas significações implica a compreensão da discussão temporal na concepção de espaço. Compreender a cidade ‘como um espaço privilegiado de construção da memória coletiva’, *monumentum*, sinal do passado<sup>3,4</sup>.

Nessa potente vereda, Maria Adélia Aparecida de Souza nos ensina que o espaço geográfico é um “sistema indissociável de objeto e ações”, a geografia seria uma filosofia das técnicas e que o território usado precisa ser adotado como uma categoria de análise social<sup>5</sup>. Na geografia das desigualdades de Milton Santos, a definição de território é política, trata-se de território usado, espaço banal onde se podem propor dois tipos de espaços: “os espaços que mandam e os espaços que obedecem, gerados pelo permanente embate entre o par dialético abundância-escassez”. Isso seria o fundamento maior das “geografias da desigualdade”<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 199. p.121.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992. p. 21-23.

<sup>3</sup> NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 106-134, 1997.

<sup>4</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **Políticas públicas de segurança e convivência: o caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

<sup>5</sup> SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003. p. 17.

<sup>6</sup> SOUZA, op. cit., p. 18.

Maria Adélia nos fala de outros dois pares dialéticos para caracterizar o território usado: densidade-rarefação e fluidez-viscosidade.

O espaço, por sua vez, também apresenta duas características que se apresentam dialeticamente: rapidez e lentidão, luminosidade e opacidade. Tais características é que geram as novas lógicas na relação centro-periferia, conceitos caros à geografia e revisitados pela obra miltoniana.<sup>7</sup>

A ideia de densidade nos demonstra, por exemplo, maiores ou menores concentrações de serviços, informações e também “a maior ou menor densidade de leis, normas, regras reguladoras da vida coletiva”, tudo isso “a serviço das forças hegemônicas e do Estado” definindo realidades espaciais, aprofundando desigualdades.

O fato de as UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e destinadas a algumas delas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro. Como o que Souza exemplifica: no Estado que “governa mais para o interesse hegemônico do que para a sociedade brasileira”<sup>8</sup>. Com isso, queremos frisar que as UPPs aprofundam as desigualdades e as segregações socioespaciais no Rio de Janeiro.

Cleonice Dias, líder comunitária da “pacificada” Cidade de Deus, atesta:

Nós que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem o controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nós, pobres, estaremos controlados e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos.<sup>9</sup>

É importante esclarecer que o projeto não é nenhuma novidade, além de fazer parte de um arsenal de intervenções urbanas previstas para regiões ocupadas militarmente no mundo, a partir de tecnologias, programas e políticas norte-americanas que vão do Iraque à Palestina.

No caso, o projeto de Medellín foi esse o paradigma. Governador e prefeito para lá marcharam, sempre com os sociólogos de plantão, trazendo para o Rio de Janeiro um pacote embrulhado na “luta contra o crime”, sem que se percebesse que era um projeto de ocupação territorial apoiado pelo governo norte-americano contra a histórica guerrilha colombiana que chegou a ter 40% do território colombiano sob seu controle.

---

<sup>7</sup> SOUZA, op. cit, p. 19.

<sup>8</sup> SOUZA, op. cit, p. 20.

<sup>9</sup> DEMOCRACIA VIVA. n. 47, p. 37, 10 abr. 2011.

Em 2010 lá estive, no seminário *El Laberinto de las Violências*, organizado pela prefeitura e outros parceiros. A avaliação do projeto, hoje, em indicadores de ocorrências violentas, já é um rumoroso fracasso. Mas o teleférico está lá, igualzinho ao do Complexo do Alemão. Naquele momento apresentei basicamente dois pontos: primeiro, as violências cotidianas de uma cidade são atravessadas pelos grandes movimentos do capital mundial que incidem sobre uma determinada história e memória que são “do lugar”; não podem ser transferidas automaticamente em conjunturas absolutamente singulares. Segundo, a segurança pública somente existe quando ela decorre de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividades no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado. Sem isso não há segurança, mas um controle truculento dos pobres e resistentes na cidade.

Foucault, filósofo tão difamado pela tropa de elite, trabalhou muito a categoria de território, relacionando-a à segurança e à população<sup>10</sup>, revelando como, com a ideia de nação, vai aparecer na Europa, a partir do século XVII, uma ideia de polícia que vai se aplicar ao governo das populações como tecnologia de governo. A arte de governar apareceria como um campo relacional de forças. Foucault cita Turquet de Mayerne: “Tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade” – é disso que a polícia deve se ocupar, diz o filósofo<sup>11</sup>.

Para esse autor, esplendor seria a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que se irradia, mantendo a ordem num campo de forças naquele território usado, desigual, múltiplo, e controlando as populações. Curiosamente, ele nos mostra como as dificuldades políticas de unificação da Alemanha a transformaram em paradigma e em local de experimentações. É por isso que nesse período, na Alemanha, há um sentido equivalente entre ciência da política e ciência da polícia, *polizeiwissenschaft*. O que está em jogo é a unidade territorial. É obvio que se trata de impor uma ordem imperial ao território banal ou usado.

Em nossa história, vimos como na década após a Independência o Brasil explode em rebeliões republicanas e abolicionistas<sup>12</sup>. Do Oiapoque ao Chuí, o povo brasileiro sonhava com as promessas liberais radicais: liberdade, igualdade, fraternidade. O estabelecimento da centralização do território para o Império brasileiro também foi chamado de pacificação. Somente no estado do Grão-Pará foi massacrada quase a metade da população na luta pelo domínio do território dos cabanos.

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>11</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 422.

<sup>12</sup> BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Ao analisar o movimento revolucionário da Cabanagem no Pará, Renato Guimarães produz o que ele chama de ‘artesanato de restauração’ contra uma visão ‘catastrófico-bestial’ com que as classes dominantes se referem às ‘coisas de ralé’, para tratar de marcar na história as insurreições populares como explosão de banditismo e anarquia<sup>13</sup>. Para ele, a Cabanagem constitui-se num caso único de chegada ao poder de movimento popular e também ‘marco singular de ferocidade’; a derrota do movimento deu-se através do extermínio de um quinto da população da Amazônia, incluindo aí o massacre dos indígenas que participaram do movimento.<sup>14</sup>

Guimarães aponta a conjuntura dos 30 como especial por apresentar uma cisão no interior das classes dominantes, a partir da crise regencial e pelas expectativas das classes trabalhadoras na *revolução da independência que pedia passagem*. ‘Os de cima não conseguiam mais governar como antes e os de baixo não conseguiam mais viver como antes’<sup>15</sup>. O que Guimarães aponta é que a estrutura de poder militar e policial, herdada pelo Estado independente da colônia, se baseava na unidade política das elites que se esgarçava na deposição de D. Pedro I.<sup>16</sup>

A pacificação tem, então, esse sentido histórico da crueldade na História do Brasil. Como nos ensina Rubens Casara<sup>17</sup>, ao analisar a mitologia processual penal brasileira:

Vale lembrar que Carl Schmitt, um dos teóricos do Estado Total (*Totale Staat*), acreditava poder afirmar que a realização de um Estado normal reside, acima de tudo, em levar a cabo no interior do Estado e do território uma pacificação completa, em produzir tranquilidade, segurança e ordem.<sup>18</sup>

Foucault afirma que aquela noção misturada de ciência política com ciência de polícia dará lugar na Alemanha à noção de *Polizeistaat*, estado de polícia, fundamental para compreendermos o que se passa hoje no Rio de Janeiro.

Tutelar as crianças e os jovens seria uma espécie de primeira missão para os primeiros teóricos de polícia.<sup>19</sup> As primeiras casas de correção também eram destinadas a salvar a infância e a juventude, metáforas para a captura de sua potência e força para o trabalho compulsório. “O que caracteriza um Estado de polícia é aquilo que lhe interessa, é o que os homens fazem, é sua ocupação”<sup>20</sup>. Entre os objetivos desse Estado estaria, para o autor, a circulação de mercadorias, mas o fulcro central seria a regulação das formas de

---

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Renato. **Dois estudos para a mão esquerda**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

<sup>14</sup> Cf. GUIMARÃES, Renato. Op. cit. p. 68, ao citar Darcy Ribeiro que relata o massacre indígena na região do Tapajós: em 1820 havia entre 30 e 40 mil índios, em 1864 apenas 3.000.

<sup>15</sup> GUIMARÃES, Renato, op. cit., p. 23.

<sup>16</sup> BATISTA, op. cit., p. 133.

<sup>17</sup> CASARA, Rubens. **Mitologia processual penal**: do imaginário autoritário brasileiro à atuação dos atores jurídicos. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>18</sup> FERREIRA, Bernardo. Sob o véu de fórmulas inalteradas: o conceito de Estado Total em Carl Schmitt. In: PARADA, Maurício. **Fascismos**: conceitos e experiências. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 103.

<sup>19</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 429.

<sup>20</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 433.

coexistência: “um imenso domínio que vai do viver ao mais que viver”.<sup>21</sup> É claro que tudo isso nos evoca à ideia de ocupação de um território em que o capitalismo estabeleceu um espaço criminalizado, dominado pela lógica brutalizante das *commodities* ilícitas, mas muito rentáveis. Regular coexistências nos territórios das desigualdades não é também uma tarefa fácil, num mundo que já nem deseja transformar-se já deixou para trás uma utopia de escola onde os jovens possam desfrutar de suas potências, ou de uma sociabilidade prazerosa entre diferentes na construção de redes coletivas de apoio e cuidado. Isso se dá porque antes da ocupação territorial já se tinham ocupado as almas. Passamos muito rapidamente da naturalização da truculência contra os pobres ao seu aplauso. Trataremos dessa adesão subjetiva à barbárie mais adiante. Fechemos, pois, a reflexão sobre o Estado de polícia com a definição de Zaffaroni e Batista: “O Estado de direito é concebido como o que submete todos os habitantes à lei e opõe-se ao Estado de polícia, onde todos os habitantes estão subordinados ao poder daqueles que mandam”.<sup>22</sup>

É por isso que me causa indignação ler sociólogos chamarem as UPPs de policiamento comunitário ou de proximidade. Peço que respeitem a memória do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. O Alemão é muito mais complexo. A pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio se deu em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam.

Em seu último livro de criminologia, Zaffaroni esclarece o conceito de genocídio, já que para os europeus genocídio é apenas “de branco”; para eles, nem a colonização nem a escravidão poderiam ser consideradas como genocídio, apesar dos milhões de mortos. Vamos então falar de massacres:

por nossa parte, creio que aproximando-nos da definição de Sémelin, entenderíamos massacre no sentido criminológico que estamos postulando - toda prática de homicídios de um número considerável de pessoas, por parte de agentes de Estado ou de um grupo organizado com controle territorial, em forma direta ou com clara complacência, levada a cabo em forma conjunta ou continuada, fora de situações reais de guerra que impliquem forças mais ou menos simétricas.<sup>23</sup>

Para Zaffaroni, os massacres praticados no próprio território sobre parte da população são obra do Estado de polícia. Ele nos fala do autocolonialismo que atualiza a incorporação periférica aos grandes movimentos do capital. No neocolonialismo, realiza-se

---

<sup>21</sup> FOUCAULT, op. cit., p. 439.

<sup>22</sup> Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 41.

<sup>23</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La palabra de los muertos**: conferencias de criminologia cautelar. Buenos Aires: Ediar, 2011. p. 431.

um deslocamento territorial do massacre. É nesse momento que “o controle territorial policial alcançou o máximo de seu esplendor e potência massacradora nas colônias”.<sup>24</sup> A verdade é que em todos os genocídios estiveram presentes as agências executivas do sistema penal.

Zaffaroni mostra como, apesar de copiarmos tanto dos Estados Unidos, não incorporamos o seu modelo de polícia comunitária, mas o paradigma borbônico de ocupação territorial militarizada do engenho colonialista. O mais grave é que os Estados Unidos não utilizam suas Forças Armadas como polícia em seu próprio território (apenas nos dos seus inimigos), mas faz grande pressão para que nós, latino-americanos, o façamos. O caso do México está aí para nos ensinar, bem como a presença brasileira no Haiti, o Haiti é aqui. “Se queres a paz, prepara-te para a imposição”.<sup>25</sup>

Zaffaroni critica essa nossa permanência histórica no século XIX e seu controle urbano sobre a concentração e movimentação dos escravos e libertos. Ele fala da “permanente confusão com operações militares de pacificação e massacre de povos originários, as frequentes intervenções dos exércitos em função policial, da longa tradição de militares a cargo das cúpulas policiais etc.”.<sup>26</sup> Para ele, são ações suicidas, esgotadas na globalização, feitas para sociedades estratificadas e oligopólicas. É por isso que a saída do ciclo das ditaduras militares produziu o deslocamento do paradigma da segurança nacional para o da segurança urbana que tanta letalidade causou em nossas democracias. Isso é o que ele chama de massacres a conta-gotas, que produzem também a brutalização das nossas polícias que, com níveis baixíssimos de qualidade de vida, são atiradas à tarefa de massacrar seus próprios irmãos. O resultado são as prisões cheias de policiais, como é o caso emblemático do Trovão, policial civil incensado pela mídia no primeiro massacre do Alemão, em que aprecia fumando um charuto sobre corpos negros e ensanguentados num beco dessa favela, trajando roupas de guerra.

Hoje, é ele que se adapta ao conceito de vida nua de Agamben. A licença para matar produz um embotamento na capacidade de negociar melhorias trabalhistas, além de adoecer os agentes e suas famílias, jogados depois à própria sorte. O território é a base conceitual da ocupação. “Cariocas passam a agir onde moram. Se antes a sigla era URV (Unidade Real de Valor), usada na estabilização do real, agora a sigla da vez é UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), aplicada na segurança e no social. São programas de base territorial, mas como os planos macroeconômicos de outrora, com vocação para exportação made in Rio”.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> ZAFFARONI, op. cit., p. 451.

<sup>25</sup> Coronel André Novaes, ex-comandante do Centro de Instrução de Operações de Paz do Exército Brasileiro, no livro *Dopaz – como a tropa de elite do Exército Brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti*, de Tahiane Stochero. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

<sup>26</sup> ZAFFARONI, op. cit., p. 508.

<sup>27</sup> NERI, Marcelo. Rio: a hora da virada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 jun. 2011, Caderno B, p. 13.

Passemos, então, a analisar essa colonização das almas que fez com que passássemos da crítica da truculência e da militarização da segurança pública à sua naturalização e agora ao aplauso, adesão subjetiva à barbárie. A executivização da mídia como agência do sistema penal brilhou mais uma vez no noticiário antes, durante e depois da simbólica ocupação do Alemão.

Começamos pelo tom épico da operação. No dia 26 de novembro de 2010 o jornal *O Globo* anunciava, além de um caderno especial, o dia D do combate ao tráfico em letras garrafais na primeira página: “população aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de Tropa de Elite 3”. Essa combinação de peças publicitárias entre as UPPs e a perversa série de filmes de patrocínio comum já daria material para algumas teses.

O cartunista e editor Chico Caruso não pestanejou: fantasiou o Cristo Redentor com o macabro uniforme preto do BOPE. Não ouvi um cristão reclamar, nenhuma bancada moralista protestar. Merval Pereira, nesse mesmo dia, na página 4, dizia: “ontem foi dia de a realidade imitar a arte, foi dia de torcer pelo Capitão Nascimento de Tropa de Elite, que todos nós vimos em ação, ao vivo e a cores, nas reportagens das emissoras de televisão”.

No dia 27, *O Globo* assinalava que a “ação do tráfico une população em apoio a polícia”; Eike Batista, espécie de proprietário-geral do Estado, “via na ação vontade de consertar o Rio”; no *twitter*, o romancista Aguinaldo Silva conclamava os moradores “a resistir”. Enquanto isso, um novo blindado, superando o Caveirão, torna-se a estrela da Operação<sup>28</sup>: “a reportagem do Globo embarca no veículo que caiu nas graças da PM”. A reportagem escamoteou ao máximo o mal-estar produzido entre as Forças Armadas ao serem atiradas a essa aventura.

Essa é uma discussão profunda e consistente que circula na inteligência militar brasileira. Eles conhecem mais que ninguém os riscos advindos dessa passagem ao ato. A *Folha de São Paulo* noticiou o mal-estar.<sup>29</sup> Nesse mesmo jornal, no mesmo dia, Fernando Barros e Silva falava do triunfalismo exorbitante da Tropa da Mídia.

O paradigma bélico para a Segurança Pública é um artefato, uma construção política pela qual o capitalismo contemporâneo controla os excessos reais e imaginários dos contingentes humanos que não estão no fulcro do poder do capital vídeo-financeiro. São esses pobres do mundo que inventam novos países para aportar, sobrevivem nas frestas do mercado com seus difíceis ganhos fáceis, enfim, à sua maneira, são os mais verdadeiros empreendedores de um mundo em ruínas, como diz Marildo Menegat.

---

<sup>28</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 27 nov. 2010, p. 31.

<sup>29</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 27 nov. 2010. Cotidiano 2, p. 3.

No jornal O Globo<sup>30</sup> publicou-se: “Se a topografia das favelas cariocas remete às aldeias xiitas no Sul do Líbano, a superpopulação e a desordem urbana podem ser comparadas à Faixa de Gaza”. Peço atenção para a expressão *desordem urbana* e seus efeitos na paisagem de hoje do Rio. A cobertura do jornal ostentava um logotipo para a cobertura, a *Guerra do Rio*, com um mini-blindado, aquele mesmo que superou o Caveirão, lembrando-nos de Nils Christie e de sua dramática análise da indústria do controle do crime. A manchete é: “O Rio é nosso”, e a matéria é cheia de epítetos: liberdade, apoio, esperança. Nas entrelinhas, o grande mistério: o número de mortos. Qual é oficialmente o número de mortos da pacificação do Alemão, do primeiro massacre até o dia D, combinando chacinas e massacres a conta-gotas?

Na Folha de São Paulo apareceram matérias sobre os relatos dos moradores do Alemão, denunciando a existência de corpos na mata com a polícia impedindo o acesso ao local<sup>31</sup>. No dia 1º de dezembro<sup>32</sup>, a Folha também noticiou as queixas de abuso dos moradores, mas nada poderia empanar o sucesso do plano. É incrível como, meses depois, vem à tona o conjunto de atrocidades, roubos, extorsões cometidas contra os pacificados; escutas mostravam policiais dividindo o botim, uma verdadeira Serra Pelada, diriam eles.

Como essa constatação não levou nenhum articulista a questionar o caráter da operação em si nem os leitores disciplinados? Como conseguimos construir uma blindagem tão forte ao bom senso? Pelas técnicas de neutralização de que fala Zaffaroni d’après Sykes e Matza. A guerra estava tão naturalizada que os excessos eram recebidos como o que Bush chamou de dano colateral, a morte de civis iraquianos.

Essa cobertura espetacular foi sintetizada por José Simão:

Esabe o que a Globo falou pro Bope: PODE INVADIR QUE A GENTE DÁ COBERTURA; e Policial do Bope que mata 3 traficantes pode pedir música no Fantástico. E a Globo fez o lbope do Bope: 88% apóiam ações no Rio... E os corpos dos outros 12% não foram encontrados para opinar. Rarara! Eu já falei que o Bope fechou contrato com a Globo!

A verdade é que a ocupação publicitária juntou os dois eventos: o lançamento de Tropa de Elite e a pacificação são negócios conexos, não é à toa que o inspirador do Capitão Nascimento, o matador limpo e puro, virou âncora, agora alçado à rede nacional, concordando sempre com tudo o que acontece no Rio. A glorificação da polícia de preto e suas caveiras e canções foi sendo construída ao longo do tempo.

---

<sup>30</sup> MALKES, Renata. Ocupação na Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão: analista israelense traça paralelo entre o Rio e a Faixa de Gaza. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2010, p. 19.

<sup>31</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 30 nov. 2010, p. c3.

<sup>32</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 01 dez. 2010.

Em novembro, mesmo mês da Operação, *O Globo* fez uma série de matérias sobre o lançamento do filme: “Operação de guerra para proteger tropa 2”<sup>33</sup>. No *Gente Boa*<sup>34</sup>: “Wagner Moura falou sobre a cena em que espanca um político corrupto, que vem sendo aplaudida nos cinemas: também tive prazer quando bati”. Na Revista de Domingo, do mesmo jornal:<sup>35</sup> “Fé no Bope é o nome da matéria sobre o show da banda gospel Tropa de Louvor, formada por policiais evangélicos do Bope”.

Em entrevista a Mauro Ventura, na revista de domingo do Globo de 10 de outubro de 2010, um ex-capitão do Bope ressalta a importância do filme: “Por causa do filme Tropa de Elite o Bope ficou em evidência. As pessoas queriam ajudar e não sabiam como. Por isso inauguramos um escritório de projetos”. Ao falar do personagem Matias, o inspirou: “Quando me apresentaram o Ramiro, pensei: é parecido comigo. E do nada dei um tapão na cara dele. Era um teste”. O *estrategista* que organizou o lançamento afirmou que “soubemos criar expectativa”<sup>36</sup>.

E mesmo no *Gente Boa*<sup>37</sup>: “Capitão Nascimento ajuda a ciência”. A farda do filme foi leiloada para construir laboratório com participação de atores globais. Mauro Ventura<sup>38</sup> ainda entrevista o comandante-geral da PM: “Esse troço de UPP é sensacional. Apontou uns garotos: era tudo do tráfico, mas nenhum fichado. Usavam cordão de ouro, cabelo amarelinho. Agora, pararam de pintar, tiraram cordão e até o andar mudou. Estão empurrando carrinho de mercado, todos trabalham”. Enfim, a pacificação e a ocupação abriram o caminho para as UPPs que se constituem em ocupações permanentes dessas áreas faveladas, instituindo uma cultura do Estado de polícia que foi arquitetada numa operação militar e publicitária que alavancou o projeto e também o filme, que é distribuído pela Globo filmes.

Como vimos, no Rio há uma vasta hegemonia de um grande grupo econômico na gestão do Estado. Na Segurança Pública isso é posto em evidência de uma forma explícita. Fechemos com Merval Pereira:<sup>39</sup>

Ainda Tropa de Elite: [...] A política de ocupação das comunidades carentes foi um marco no atual governo, diz ele (Maurício Renault, leitor). E, seguindo uma tendência generalizada, compara o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame ao Capitão Nascimento, que ‘não retrocederá frente aos inimigos e coloca uma máquina de guerra contra os traficantes’.

---

<sup>33</sup> ARAÚJO, Vera. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 nov. 2010. Revista de Domingo, p. 38.

<sup>34</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 20 nov. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa, p. 5.

<sup>35</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 24 out. 2010. Revista de Domingo, p. 22.

<sup>36</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 17 out. 2010, p. E1.

<sup>37</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 15 dez. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa, p. 5.

<sup>38</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 09 jan. 2011. Revista de Domingo, p. 6.

<sup>39</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 27 nov. 2010. p. 4.

A adesão subjetiva ao Estado de polícia contou com adeptos à direita e à esquerda: uma chance única, disse o Senador ex-cara pintada. O Ministro da Educação emocionou-se ao “ver a polícia do Rio de Janeiro colocar sua própria vida para preservar a ordem pública”.

Do Haiti, onde sua lucrativa ONG prospera, Rubem Cesar aprovou a criação da Força de Paz, o uso das Forças Armadas em conflitos urbanos desde (claro!) que fosse monitorada por “controle externo”. Enquanto isso, os moradores do Alemão contavam ou tentavam contar seus mortos.

A OAB-RJ, que já havia se associado à Chacina do Pan (aquela saudada pela Revista Época como inovação no combate ao crime), lançou nota oficial em 24 de novembro de 2010, na qual apresenta “solidariedade e o voto de confiança da OAB-RJ neste momento difícil”. A solidariedade não era com os moradores, mas com “os dirigentes da área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro”. Não se manifestou sobre a prisão de advogados, nem estava a postos para ajudar a conter excessos, nem contra o conjunto de ilegalidades das operações de busca e apreensão coletivas postas em prática por essa guerra contra as favelas do Rio de Janeiro. Enquanto o dublê de âncora e capitão Nascimento, Rodrigo Pimentel, saudava no Globo<sup>40</sup> a “mão forte do Estado”, os moradores tentavam se organizar para resistir.

Quando Lula vai ao Alemão, no dia 21 de novembro, Jussara Raimunda, moradora e ativista comunitária, afirma: “É como se fosse um toque de recolher. Com isso fica a dúvida: é realmente paz ou apenas saímos de um sistema para cair em outro?”<sup>41</sup>.

No *Globo online*, reproduzindo o WikiLeaks<sup>42</sup>, o Cônsul dos EUA, em telegramas sigilosos, declara que as UPPs se inspiram nas táticas de contrainsurgência aplicadas pelos americanos nas guerras do Iraque e do Afeganistão. Para Hearne, “a abordagem do programa de pacificação é uma reminiscência do *limpar, manter e construir*, a doutrina americana de contrainsurgência”. Na Folha de São Paulo<sup>43</sup>, em entrevista, morador que não quis se identificar diz: “só o tempo vai dizer se foi bom ou não. Para nós mudou do civil para a farda, mas o fuzil é o mesmo”.

Território pacificado, pobres controlados, campo aberto para o projeto de gestão policial da vida. No domingo<sup>44</sup>, *O Globo* já tem novo logotipo: favela livre. Na página 16, o marketing continua a todo vapor. A manchete é: “UM CLARO OBJETO DE DESEJO: pesquisa mostra alta aprovação das UPPs em favelas, sejam pacificadas ou não”. A pesquisa

---

<sup>40</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 07 dez. 2010. p. 7.

<sup>41</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 22 dez. 2010. p. 21.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br>> Acesso em: 07 dez. 2010.

<sup>43</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 29 dez. 2010. p. c5.

<sup>44</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 12 dez. 2010.

encomendada pelo jornal lança seus leitores disciplinados às perguntas dirigidas que remetem ao medo, à fé na participação das Forças Armadas, a uma renovada confiança na polícia, enfim, tudo àquilo que apenas ratifica a opinião do jornal.

O sociólogo que lidera o Instituto afirma sem pejo: “A pesquisa derruba de vez o mito de que as comunidades são contra as forças de segurança. Há claramente um apoio maciço da presença do Estado”. Resultados velozes como a necessidade de consenso pede. A própria *Folha*<sup>45</sup> afirmou que o “modelo que inspira UPPs do Rio falha em Medellín, na Colômbia”, algo já sabido pelos que não pensam tão rápido como os sociólogos de plantão. No Rio de Janeiro não há espaço para nenhum questionamento.

No dia 18 de dezembro o governador aparece nas páginas do Globo vendendo seu peixe para empresários de Nova York, “em evento com *overbooking* de mais de 100 pessoas”. Emocionado por falar num recinto onde já tinham falado Churchill e De Gaulle, as loas prosseguem (p. 20): “nosso maior avanço tem sido a implementação das UPPs, que nos tem permitido retomar territórios antes dominados por organizações criminosas”, afirmou Cabral para a plateia em que se destacavam Ivana Trump e Steven Rockefeller.

Bom para os negócios: é a mensagem que se passa o tempo todo. O empresário Eike Batista participa de doações com carros: “os padrinhos que apostam no sucesso das UPPs”<sup>46</sup>. Na mesma matéria, duas empresas se dispõem a doar 1,3 milhão. Cálculos já demonstram ser possível atuar em todas as favelas do Rio<sup>47</sup>. Os políticos fluminenses surfam na onda. Deputados de esquerda propõem aumento de gastos e o orçamento do Estado que passa a ter a Segurança Pública como segundo lugar em investimentos. O deputado ambiental logo propõe as UPPs socioambientais e em artigo no Globo<sup>48</sup> acentua identificação da UPP com o filme *Tropa de Elite*, com elogios ao âncora global que inspirou o famigerado Capitão Nascimento.

Se a princípio o Secretário de Segurança afirmara que a UPP não era apropriada para as comunidades dominadas pelas chamadas milícias<sup>49</sup> o mal-estar foi logo desfeito pela inclusão de uma comunidade dominada pela *milícia*. Parece que a cobertura impede de se questionar a seletividade da escolha de centrar as ocupações contra apenas uma das empresas informais do varejo de drogas no Rio.

---

<sup>45</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 02 jan. 2011. p. c3.

<sup>46</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 30 jan. 2010. p. 31.

<sup>47</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 13 dez. 2010. p. 10.

<sup>48</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 30 out. 2010. p. 7.

<sup>49</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 12 dez. 2010. p. c4.

Dessa vez, o habitual cálculo econômico não veio à tona, já que é óbvio que as outras firmas se favoreceriam. Se pensarmos que a firma-alvo, o CV, tinha como princípio não negociar com a polícia, algumas questões ficam no ar. A principal é: se as UPPs não vão acabar com o tráfico de drogas, quem vai dominar a venda de drogas no Rio de Janeiro? São perguntas que somente o tempo, esse implacável detonador de falsos consensos, vai responder. A *fuga de traficantes* para outras regiões também é uma pergunta que não deve ser feita e muito menos respondida a não ser com promessas de um Estado todo ocupado pela polícia, o Estado de polícia.

Sobre o caráter econômico que abordamos acima, é importante frisar que existe, hoje, no Rio de Janeiro uma mistura entre interesses públicos e privados que vão muito além do projeto de privatária do neoliberalismo. É como se houvesse perdido mesmo o sentido de políticas públicas ou interesses coletivos. Não há aquele sentido republicano de Estado, mas uma submissão e dependência direta dos interesses privados que se entrelaçam com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário de forma simbiótica: as resistências são isoladas e heroicas dentro da máquina pública.

Alguns exemplos aparecem após as ocupações: “ALEMÃO EM 3D: o primeiro cinema 3D numa favela será inaugurado na Semana do Natal no Complexo do Alemão. O filme programado é *Tron, o legado*, dos estúdios Disney. O Cine Carioca terá poltronas de couro e som digital. O ingresso custará R\$4”<sup>50</sup>. “PMs fecham central clandestina de TV a cabo no Alemão”<sup>51</sup>. O que acontece aqui, além da fiscalização a serviço das empresas de TV a cabo, são instalações de agências bancárias, bem como são anunciados cursos de barman, camareira e garçom, exatamente as ocupações que empregam as populações residentes, nenhum grande salto para a frente.

“Choque no Alemão-A Ordem Pública dará choque de legalidade no Alemão. O Complexo tem 7.000 pontos comerciais: todos irregulares”<sup>52</sup>. “Light prevê lucrar com favelas sem gatos”<sup>53</sup>. Quando a Light era pública e não lançava bueiros pelos ares, havia uma Diretoria de favelas que administrava um custo social com as Associações de Moradores de favelas. Dentro da série do Globo, *Favela Livre*<sup>54</sup>, temos: “Livres do tráfico de drogas, comunidades passam a receber iniciativas que racionalizam o consumo de energia”. Ou seja, as estratégias de sobrevivência dos pobres nesse capitalismo enlouquecido são invadidas por uma gestão policial a serviço de grandes conglomerados privados.

---

<sup>50</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 12 dez. 2010. Revista de Domingo, p. 5.

<sup>51</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 09 dez. 2010, p. 14.

<sup>52</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 30 nov. 2010. Segundo Caderno, p. 5.

<sup>53</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 27 dez. 2010, p. b12.

<sup>54</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 19 dez. 2010, p. 19.

Houve um tempo da minha vida em que trabalhei, nos anos 1980, no serviço público desenvolvendo estratégias de fortalecimento do chamado setor informal, na perspectiva de fortalecê-lo e integrá-lo à economia formal. Agora essa economia local é ocupada a serviço das grandes empresas “sócias” do governo. Na pacificação da Mangueira foram derrubados todos os quiosques das tias que abasteciam os frequentadores da quadra da escola de samba com seus quitutes populares. Agora, o que virá?

Isso nos leva ao ponto final do que eu chamo de gestão policial da vida, imposta aos pobres em seu cotidiano, comprovando aquelas teses, como a de Loic Wacquant, que apontam o deslocamento da atenção social do Estado para uma gestão penal da pobreza. Nunca a expressão de Edson Passetti se adequou tanto à realidade dos bairros pobres e favelas: o controle a céu aberto, naquela perspectiva do estado de exceção de Agamben. A ideia de “campo”, área de controle penal total sobre o cotidiano de seus moradores, agora tutelados em todos os aspectos diretamente pela polícia. Tendo a pacificação do Alemão como ato simbólico de um projeto de cidade, a mídia carioca investiu arduamente na policização da vida em seus mínimos detalhes, tendo o BOPE como o grande timoneiro. “No tatame dos Caveiras” trata da aula de ginástica para senhoras de comunidade “pacificada” (essa na gestão do Luis Eduardo Soares) de Tavares Bastos:

Ao primeiro grito de ATENÇÃO, TROPA!, o burburinho termina. Em seguida uma turma de mulheres deixa a fofoca para tomar conta do tatame, encostado em uma parede com a caveira símbolo do Bope. Com idades entre 46 e 76 anos... mostram no muque que fazem parte da tropa de elite.<sup>55</sup>

Para demonstrar como a polícia faz bem, a matéria mostra a mudança na vida dessas mulheres: *emagreceram, abandonaram remédios e agora exibem autoconfiança e saúde* [...] No treinamento na praia da Urca elas repetem palavras ditas pelos PMs: “Caveira, caveira, pedaço de osso seco, desejo de muitos e privilégio de poucos”.

No Gente Boa<sup>56</sup>: “Um caveirão e policiais do Bope participaram do estande de suplementos na feira de esportes que acabou ontem no Pier. A marca se apresentava como patrocinadora oficial da tropa de elite. O Bope diz que participou em troca de suplementos. O blindado russo ainda não opera no Rio”.

Sempre no Globo temos numa primeira página uma foto com a chamada *Novos tempos na Favela*: “participantes do Desafio da Paz percorrem a trilha que foi usada, há

---

<sup>55</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 18 jul. 2011. p. 14.

<sup>56</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 17 jul. 2011. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 5.

seis meses, pelos bandidos em fuga na ocupação policial da Vila Cruzeiro<sup>57</sup>. De novo, no indefectível Gente Boa:

POLÍCIA INSPIRADORA. O ex-capitão Paulo Storani do BOPE vai dar palestras motivacionais aos lojistas do BarraShopping. Vai mostrar como a realidade daquele batalhão pode ser aplicada às vendas, trazendo mais foco, compromisso e necessidade de entrosamento entre as equipes. Storani é um dos militares inspiradores do Capitão Nascimento, do filme Tropa de Elite.

“Ser ou ter sido do Bope é tudo de bom. Estar perto dos caveiras é uma espécie de febre, religião ou autoajuda: cura, ajuda nos negócios, só não traz o amor em três dias...”<sup>58</sup>.

A pertinência do Estado de polícia invade o mundo acadêmico. A Casa do Saber oferece entre seus cursos, que vão da filosofia de Benjamin ao poder do rock dos anos 1970, “A ética do combate ao crime organizado no Rio”, ditado pelo coronel ex-Bope, atual comandante.

No Carnaval também só deu Bope. A primeira página do O Globo<sup>59</sup> mostrou a ala dos 270 ritmistas fantasiados de soldados do Bope do Salgueiro fazendo referência ao filme Tropa de Elite. Por uma ironia do destino, “o Salgueiro vinha bem até que o King Kong gigantesco empacou na Sapucaí”, um colossal mico. Curiosamente, os ritmistas fardados não podiam voltar para casa fardados.

No Natal os caveiras também bombaram. Na Revista de Domingo<sup>60</sup> a matéria foi: Caveirão tipo exportação “alvo de controvérsia, a réplica em miniatura do blindado do Bope é sucesso de vendas por aqui”. Gente Boa<sup>61</sup>, O Globo: “PAPAI NOEL CAVEIRA: por baixo da roupa vermelha e branca, o Papai Noel do Shopping Tijuca usará este ano o uniforme do Bope. Um dos caveiras foi contratado para se vestir de bom velhinho e descer de rapel no shopping”. Já na coluna do Ancelmo<sup>62</sup>: “TROPINHA DE ELITE: A grife carioca Lé Cré criou uma linha de roupinhas inspiradas no... Bope”. O mais macabro, entretanto, foi o Natal em si. A primeira página do O Globo<sup>63</sup> tem como chamada PAPAI NOEL BLINDADO,

---

<sup>57</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 16 maio. 2011.

<sup>58</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 20 mar. 2011, p. 5.

<sup>59</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 08 mar. 2011.

<sup>60</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 19 dez. 2010. Revista de Domingo. p. 24-25.

<sup>61</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 08 nov. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 5.

<sup>62</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 19 dez. 2010. Coluna Ancelmo Gois. p. 26.

<sup>63</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro O Globo, 30 dez. 2011.

com uma foto do Secretário de Segurança e do chefe de polícia (este caído em desgraça depois de Serra Pelada) distribuindo brinquedos para as crianças de Vila Cruzeiro de dentro do Caveirão. Foi a “Operação Papai Noel”, talvez para introjetar nas almas infantis a associação entre punir dolorosamente e premiar, uma espécie de educação afetiva. Na série natalina, na coluna do Ancelmo<sup>64</sup> aparece um retrato do Secretário de Segurança com o gorro do bom velhinho. A chamada é: “Papai Beltrame Noel”.

O reveillon também foi simbólico, passado numa favela pacificada, o Morro da Babilônia. Vejam o que diz o Gente Boa<sup>65</sup>: “UPP de Reveillon – Comandantes das UPPs do Cantagalo, do Chapéu Mangueira e do Tabajaras foram convidados por Bruno Chateaubriand para sua festa de Reveillon, no Leme, frequentada por famosos. ‘Este ano não há ninguém mais celebridade do que eles’, diz Bruno”. Nada mais preciso do que o comentário do socialite, utilizando a categoria de celebridade e associando-a à UPP. Num Gente Boa anterior<sup>66</sup>:

Alçado à condição de celebridade, o Secretário de Segurança mal podia circular entre os convidados da área vip (show do Rei Roberto em Copa), uma fila de fãs se formou perto de José Beltrame e de sua mulher que ouviu de uma das moças ‘parabéns pelo seu marido, isso é que é homem!’. O secretário também foi chamado de o ‘único cara valente da cidade’, o maior herói que o Rio já teve, o homem que botou os bandidos para correr e é o nosso Batman, só que o Batmóvel dele é o Caveirão [...]. Diz achar o assédio um bálsamo, um alento.

Nesse mesmo caderno<sup>67</sup>: “O MUSO BELTRAME – o secretário José Beltrame, depois de ganhar todos os prêmios de 2010, vira 2011 com mais um. Foi eleito muso gay pela revista S!, de cultura e direitos humanos, da comunidade LGBT por seu trabalho de solidificação da paz”. Tanto sucesso fez com que a antropóloga Mirian Goldenberg produzisse uma explicação científica: “A atração das mulheres por fortões do Bope, as Maria coturno, está ligada não só ao físico dos policiais, tem a ver com a credibilidade que eles voltaram a ter [...] homens com masculinidade viril e evidente sempre as atraíram, mas o fato de serem corruptos causava repulsa”, pontificou a especialista<sup>68</sup>.

A tessitura do esplendor a que se referia Foucault, com o passar do tempo soa ridícula, mas produziu um consenso violento e neutralizador de qualquer possibilidade

---

<sup>64</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 25 dez. 2010. Coluna Ancelmo Gois. p. 14.

<sup>65</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 31 dez. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 3.

<sup>66</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 27 dez. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 5.

<sup>67</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 20 jan. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 5.

<sup>68</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 10 dez. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 5.

de crítica: “FESTA DAS LUZES – o rabino Yeosshua B. Goldman, da congregação Beit Lubavitch, compara o início do Chanuká, hoje, com a tomada do Alemão: ‘celebramos a libertação de Jerusalém pela ação heroica dos macabeus e vemos no Rio como um grupo determinado pode prevalecer contra as forças do mal’<sup>69</sup>”. Para coroar o esplendor do Estado de polícia o articulista da Folha, Luiz Felipe Pondé, fala sobre a “democracia da caveira” (ver-se representado no Capitão Nascimento não é pecado de gente reacionária, diz ele):

o Bope representa aqui os direitos humanos da gente comum. Só intelectual gosta de bandido. Sim, considero o Capitão Nascimento o primeiro herói produzido pelo cinema brasileiro, para além das tentativas infantis e entediantes de nos fazer engolir goela abaixo bandidos, guerrilheiros de esquerda, drogados, prostitutas e cangaceiros como heróis<sup>70</sup>; basta de papo furado, devemos ter escola, saúde, justiça e faca na caveira, completa o articulista, revelando mais uma vez as relações intrínsecas entre o filme e a operação pacificadora.

Olhando a cobertura e a associação da grande mídia, podemos compreender melhor a expressão esplendor, já que se produziu verdadeiramente um esplendor, uma aura mágica em torno da polícia, e mais especialmente com os camisas-pretas, os caveiras. Para a configuração do Estado de polícia esse esplendor é necessário.

Nesses anos todos de reflexão sobre a questão criminal, eu já tinha me dado conta da necessidade de manter um inimigo à mão na passagem da ditadura para essa democracia formal em que vivemos. Constatei também a importância do medo para o disciplinamento dos pobres no capitalismo de barbárie. Falei anteriormente do deslocamento de uma naturalização da truculência policial para o seu elogio; isso é o mais assustador dos tempos em que vivemos. Frisei também que os homens policiais são, junto com seus irmãos pobres, as principais vítimas desse processo de brutalização, sempre atirados à própria sorte, com salários indignos, desprotegidos dos efeitos que suas funções acarretam; mas podemos ter uma pequena mostra dos efeitos dessa inculcação no imaginário coletivo, nesse grande dispositivo de subjetivações. O estado de polícia espraia-se para todas as áreas além da criminal.

A PACIFICAÇÃO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO: crianças se divertem no Urutu, o blindado do Exército, empregado na colônia de férias da Força de Pacificação do Morro do Alemão. Idealizada pelas Forças Armadas, a colônia de férias que termina hoje reuniu 320 crianças selecionadas por suas boas notas na escola. Elas participaram de atividades esportivas e culturais.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 01 dez. 2010. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa. p. 5.

<sup>70</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 6 dez. 2010. p. 9.

<sup>71</sup> COSTA, Ana Cláudia; ALENCASTRO, Catarina. Férias com passeio no Urutu do Exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 jul. 2011.

Temos aqui a pedagogia da ocupação. Para onde terão ido os que não tiraram boas notas? Outro sinal dos tempos:

PROMOTORIA PEDE SUSPENSÃO DE GUARDA MIRIM COM ESTILO MILITAR: O Ministério Público Federal de Santa Catarina pediu a suspensão das atividades de uma guarda mirim onde adolescentes formam esquadrões, dão ordens de acordo com uma hierarquia, pintam o rosto como militares e usam uniformes com símbolos semelhantes aos do Bope.<sup>72</sup>

Numa outra vertente da expansão da policização da vida: “UNIDADES DE POLÍCIA CONCILIADORA: treinados na Justiça, PMs de UPPs substituem tribunais do tráfico e fazem mediação de conflitos [...]. Atividade ajuda a desafogar o Judiciário”, afirma a matéria.<sup>73</sup> A ocupação também vai executar as funções do Judiciário diretamente pela polícia, sem intermediários.

O meio ambiente também avança pela policização: “ONDA VERDE CHEGA ÀS UNIDADES PACIFICADORAS: projeto do Estado prevê investimento de 6 milhões em projetos ambientais nas comunidades livres do tráfico [...] promessas vão do Guandu limpo ao fim dos lixões”<sup>74</sup>. Essa onda verde logo chegou aos agentes que trabalham na proteção de parques nacionais no Brasil, que “ganham um esforço inusitado: kits com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha”.<sup>75</sup>

Ocupação é cultura! “Pontos de Cultura e de Paz; em seu Primeiro Ato Público a Ministra Ana de Hollanda Visita o Complexo do Alemão na Companhia de Antonio Grassi”<sup>76</sup>. No Rio Show, caderno de programação cultural do Globo<sup>77</sup>: “UPP COM SABOR: um garimpo mostra o que há de mais gostoso nos cardápios dos morros cariocas”. Resumindo, a ocupação é uma espécie de sopa de pedra, como a de Pedro Malasartes, aguentem as mortes, as balas perdidas, as invasões de domicílio, as revistas para entrar e sair de casa, a demolição de lares pelos blindados... o melhor está por vir! A prefeitura do Rio já estava completamente aderida ao pacote.

O Rio de Janeiro, hoje, é um permanente choque de ordem. Não há pobres desordenando as ruas. Temos a ocupação de todos os tipos de empresas transnacionais na rua, mas nada de pequenos negócios informais, comidinhas populares, artesanatos, música e teatro de rua. O carnaval de rua, que havia voltado com toda a força, hoje é tutelado: “Organização da Folia terá até mochila espia”<sup>78</sup>. As ruas têm também o “carro espia”<sup>79</sup>. As metáforas dos equipamentos

---

<sup>72</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 19 jul. 2011. p. c5.

<sup>73</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 13 fev. 2011. p. 17.

<sup>74</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 02 jan. 2011. p. 31.

<sup>75</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 07 ago. 2011. p. c9.

<sup>76</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 11 jan. 2011. Segundo Caderno. p. 10.

<sup>77</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 14 jan. 2011. Revista Rio Show.

<sup>78</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 12 fev. 2011, p. 32.

<sup>79</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 01 jan. 2011, p. 21.

bélicos agora fazem parte da nova paisagem urbana. Recolher é acolher. São esses os efeitos do esplendor: “O Manto do Capitão: a farda do Capitão Nascimento, arrematada em leilão no Palácio da Cidade por 14 mil, ficará exposta a partir dos próximos dias nas Casas Casadas, em Laranjeiras. É ali que funciona a Rio Filme”.<sup>80</sup>

Mas aqui e ali vazam as coisas. A Ministra da Cultura subiu o Alemão cercada de agentes e os ritmistas do Salgueiro que tiveram que vestir a farda do Bope temiam por suas vidas nas áreas não pacificadas<sup>81</sup>, conforme relata a Revista de Domingo:<sup>82</sup>

Ocupada pelo Bope há sete semanas, na primeira etapa do que será a 18ª UPP, a Mangueira ainda tenta se entender na nova ordem. A quadra, onde aos sábados acontecem as primeiras eliminatórias de samba-enredo para 2012, anda mais vazia do que de costume. Enquanto espera a chegada de turistas e investimentos, o povo do morro olha cabreiro para os policiais que fizeram desaparecer a ditadura armada dos traficantes. O cenário na Rua Visconde de Niterói, nas franjas da favela é melancólico, com os escombros dos antigos quiosques que jazem sob o viaduto.

Retomando a ideia de que a segurança reside fora de seu próprio paradigma, ou seja, na gestão coletiva de projetos de vida, incluindo transportes, saúde, educação, saneamento, cultura, lazer, esporte. Não é a segurança pública, no sentido policesco, que nos fará com que nos sintamos seguros. Voltemos a pensar nossas cidades, suas memórias, o palco onde forças se encontram, se enfrentam e se juntam para produzir novas formas de convivência, harmonia, apoio e alegria. Para mostrar minha imparcialidade científica, cito um debate introduzido no Caderno Prosa e Verso, de O Globo<sup>83</sup>, no qual Ana Luiza Nobre descreve: “GUERRA E PAZ NO ELEVADOR: a distância que a ligação entre o Cantagalo e Ipanema não diminuiu”. Ana Luiza analisa, arquitetonicamente, o Mirante da Paz, associado à pacificação e à UPP do Cantagalo:

O mirante é um espaço circular [...] através dos vidros blindados pode-se quase tocar a favela, agora pacificada e significativamente rebatizada como comunidade. Mas ao invés de se sentir no centro da ação, envolvido por ela, como no sistema pictórico disseminado nos séculos XIII e XIX, o visitante se vê estranhamente encerrado numa bolha suspensa que o mantém à distância de tudo ao redor, e meio anestesiado... Enfim, o Cantagalo está em paz e a guerra agora é noutro lugar: na Linha Vermelha, na Penha, na Tijuca, mas não em Ipanema. Aqui o elevador, com seu impulso ascendente e o luxo das suas instalações, venceu a estratificação social implícita na ocupação territorial da cidade.

---

<sup>80</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 22 jan. 2011. Segundo Caderno, Coluna Gente Boa, p. 5.

<sup>81</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 05 fev. 2011, p. 23.

<sup>82</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 07 ago. 2011, p. 29.

<sup>83</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 04 dez. 2011. Caderno Prosa e Verso, p. 6.

Junto com o mirante, o elevador opera sobre o imaginário, alardeando e simbolizando, em escala monumental, o êxito da atual política de segurança pública no Rio, em que – pelo menos até poucos dias atrás – a visão de conflito foi substituída pela visão de harmonia e pacificação.

No entanto, o conjunto elevador+ mirante (ironicamente batizado de Complexo Rubem Braga, em homenagem ao cronista mais sensível aos espaços da cidade) demonstra também a fragilidade das intervenções arquitetônicas destinadas a promover a integração entre extremos da cidade. O caráter ostensivo da estrutura mostra uma correspondência muito maior com as operações identificadas com uma política de segurança violenta e ineficaz que com a renovação que se quer sustentar. Com a agressividade de quem desconhece – ou despreza – o ambiente da favela, com as suas miudezas de escala, sua riqueza de espaços e suas práticas culturais e sociais, a estrutura lança-se brutalmente sobre o meio físico e social que encontra pela frente, sem buscar qualquer permutação com ele. Elevador panorâmico com piso de granito, estrutura metálica de cores vistosas e dimensões colossais, grades por todos os lados: tudo é indelicado, grosseiro, desproporcional.

É claro que a comunidade do Cantagalo – estimada em cerca de 10 mil pessoas – se beneficia do dispositivo ali instalado: é infinitamente mais cômodo e rápido subir e descer o morro com o auxílio de uma máquina que a pé, sobretudo nos dias de chuva. E além disso, o elevador oferece acesso direto ao metrô, o que por si só já facilita bastante o deslocamento pela cidade. Mas ao criar uma bolha suspensa e isolada, de estrutura truculenta e hostil à realidade em que se insere, a arquitetura mais alimenta que reduz a desigualdade, e faz com que a espetacularização da miséria se sobreponha ao enfrentamento efetivo dos problemas fundamentais da cidade. Materializada na bolha mirante-panóptico, a incomunicabilidade permanece. E o paradoxo da paz armada, enfim, encontra na arquitetura sua mais perfeita tradução.<sup>84</sup>

Em outra edição de *Prosa e Verso*<sup>85</sup> há um longo e substancial debate sobre a cidade e os mega eventos esportivos. Carlos Vainer critica o modelo de marketing urbano que silencia a diversidade local e as consequências da lógica-empresa, criando o que ele chama de cidade de exceção. Paulo Thiago de Mello afirma que a cidade está sendo transformada em *commodity*, com um processo de aburguesamento que tem como consequência dramática “a transformação da vida nos bairros, sobretudo por meio de um processo de substituição de populações, em que os moradores mais antigos vão deixando áreas residenciais tradicionais, expulsos pelo custo de vida [...]” Sérgio Bruno Martins fala da favela trazida à vista para que não a enxerguemos, denominado por ele de um panorama

---

<sup>84</sup> NOBRE, Ana Luiza, professora de arquitetura e urbanismo da PUC-Rio é , coorganizadora de: Um modo de ser moderno – Lucio Costa e a crítica contemporânea, **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 dez. 2010. Caderno Prosa e Verso, p. 6.

<sup>85</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 06 ago. 2011.

da visualidade dócil, uma paisagem que se sobrepõe aos conflitos urbanos: “a redução da favela a uma questão meramente paisagística exclui a dimensão de suas relações sociais e, o que é mais importante, o pertencimento destas à geografia social do Rio de Janeiro”. Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, denuncia o processo violento e ilegal de remoções e as acusações que tem recebido por atrapalhar a organização dos eventos.

Temos de entender essa transformação da cidade em *commodity*, cidade-empresa a ser vendida na bolsa de imagens urbanas na disputa desse capital fugaz. O projeto das UPPs faz parte desse projeto de cidade que precisa aparecer como único, necessário, imprescindível, um uníssono que precisa muito do esplendor do Estado de polícia com seus símbolos: quem pacifica são os caveiras de camisa preta. As falhas ou inconseqüências, as mortes e violências apenas aparecem nas entrelinhas; na Folha de São Paulo<sup>86</sup>, “Corregedoria apura denúncia de que PMs que atuam nas unidades pacificadoras estão adotando práticas de milícia”.

Creio que o próprio sentido de ocupação e gestão policial da vida nos remete à semelhança do que se fala das milícias, exatamente no controle hierarquizado e militarizado da vida dos pobres, apenas sai o gatonet para entrar a própria Net. Em O Globo<sup>87</sup>, dados do Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio, divulgado pela Secretaria de Educação do município, revelam: “Nesse universo, entre os colégios em áreas onde há UPPs consolidadas, 7 (53%) atingiram a meta. Nas áreas sem UPP, de 138 escolas, 84 (60%) atingiram”. Não é um dado a ser trazido ao debate.

Para concluirmos essa reflexão, podemos observar que essas técnicas de ocupação, presentes no paradigma da guerra, têm limitações crônicas. O maior exemplo disso é o fracasso retumbante da cruzada contra as drogas. A escalada no Rio de Janeiro apresenta um novo fracasso ao elenco original: a chegada do crack, que era proibida pela principal empresa varejista do setor e que está derrotada pelas UPPs. O pior é que essa tragédia não faz com que se questione a política criminal com derramamento de sangue, mas serve para legitimar vergonhosamente o recolhimento compulsório da população de rua, que mancha a nossa paisagem e desfaz a mística Zé Carioca tão necessária ao capital desportivo<sup>88</sup>. A gestão cotidiana dos pequenos gestos, do ir e vir, do lazer, enfim, da vida dos pobres no Rio de Janeiro é parte desse grande movimento econômico, político e estratégico da nossa cidade. O *funk* é proibido de ser escutado, e seus bailes, paixão da juventude, não podem

---

<sup>86</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 03 maio 2011. p. c3.

<sup>87</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 14 maio. 2011. p. 19.

<sup>88</sup> Cf. Tecnologias do governo das ruas. Hypomnemata 135, **Boletim Eletrônico mensal do NU-SOL** São Paulo: PUC/SP, n. 135, jul. 2011.

acontecer nas áreas pacificadas. Essa ocupação do capital sobre as políticas públicas fez com que o atual Secretário de Segurança, em avaliação recente, e em exclusiva para O Globo, reconhecesse a limitação efetiva das UPPs sem os famosos investimentos sociais, aqueles que estão por vir. Perguntado sobre a questão, ele responde que pede “a eles”, nomeadamente: o governador, a Firjan e o Eike Batista.

Encerrando os exemplos:

Áreas pacificadas têm morte e ataques a PMs.

Policiais sofrem agressões no Turano e no São Carlos; motorista de táxi é assassinado após roubo no Alemão.

O presidente da Associação de Moradores do Morro do Turano, Gilson Rodrigues, disse que a população está revoltada porque os bailes têm hora para acabar.

- Desde a implantação da UPP, em setembro do ano passado, a população está vivendo oprimida. O lazer não está liberado. Se a comunidade está pacificada porque o baile não pode ocorrer? – perguntou Gilson.

O comandante das UPPs, coronel Robson Rodrigues, não relaciona os três ataques:

- No Turano, o conflito faz parte de um processo de reeducação dos moradores para uma nova ordem. Já no São Carlos, onde a última UPP foi implantada, ainda há resistência.<sup>89</sup>

É esse o esplendor do Estado de polícia, esse conjunto de projetos que dominam a cidade: reeducar para a nova ordem. O que é a nova ordem? Talvez aquilo que Gizlene Neder denomina de *obediência cadavérica*, uma concepção de cidade e de polícia que se ancora em nossas fantasias e alegrias de controle total das nossas matrizes inquisitoriais ibéricas.<sup>90</sup>

Se as UPPs fossem um projeto de vanguarda, com certeza a governamentalidade carioca, em âmbito municipal e estadual, trataria de implantá-las no Leblon ou na Barra da Tijuca, onde reflete e se concentra o esplendor do capitalismo de barbárie na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

---

<sup>89</sup> O GLOBO, Rio de Janeiro, 16 ago. 2011. p. 13.

<sup>90</sup> NEDER, Gizlene. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro**: obediência e submissão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Políticas públicas de segurança e convivência**: o caso do Rio de Janeiro, 2003.
- CASARA, Rubens. **Mitologia processual penal**: do imaginário autoritário brasileiro à atuação dos atores jurídicos. (Tese) - Doutorado, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUIMARÃES, Renato. **Dois estudos para a mão esquerda**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Tempo**, Rio de Janeiro, 2, n. 3. p. 106-134, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro**: obediência e submissão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NERI, Marcelo. Rio, a hora da verdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. b.13, 05 jun. 2011.
- NOBRE, Ana Luiza (Co-Org.). Um modo de ser moderno – Lucio Costa e a crítica contemporânea. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 dez. 2010. Caderno Prosa e Verso, p. 6.
- PARADA, Maurício. **Fascismos**: conceitos e experiências. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La palabra de los muertos**: conferencias de criminología cautelar. Buenos Aires: Ediar, 2011.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.